



Trans/Form/Ação

ISSN: 0101-3173

ISSN: 1980-539X

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia

Bannell, Ralph Ings

2. Comentário a “Por que somos o nosso cérebro: o enativismo posto em questão”: cerebralismo radical

Trans/Form/Ação, vol. 46, núm. tomo 1-2, 2023, pp. 561-570

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Filosofia

DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2023.v46esp1.p561>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384275529035>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

COMENTÁRIO A “POR QUE SOMOS O NOSSO CÉREBRO: O ENATIVISMO POSTO EM QUESTÃO”: CEREBRALISMO RADICAL

Ralph Ings Bannell¹

Referência dos artigos comentados:

ROLLA, G. Por que não somos só o nosso cérebro: em defesa do enativismo. **Trans/form/ação**: revista de Filosofia da Unesp, v. 46, n. esp. “Filosofia Autoral Brasileira”, p. 207-236, 2023.

PEREIRA, R. H. S.; SOUZA FILHO, S. F. de; BARCELLOS, V. M. Por que somos nossos cérebros. O enativismo posto em questão. **Trans/form/ação**: revista de Filosofia da Unesp, v. 46, n. esp. “Filosofia Autoral Brasileira”, p. 517-554, 2023.

As últimas três décadas testemunharam um debate importante na filosofia da mente e da cognição. Esse debate é complexo e tem ramificações em várias outras áreas de filosofia e ciência, inclusive na filosofia da educação, minha área de atuação. Os dois artigos apresentados nesta Edição Especial – de Pereira *et al.* e de Rolla – são exemplos desse debate.²

Em termos gerais, o debate é entre o paradigma consagrado de cognitivismo e outro paradigma, emergente na filosofia da mente e da cognição, o qual pode ser chamado da cognição 4E. Dentro desse paradigma emergente, a vertente objeto de discussão desses dois artigos é o chamado enativismo. Em linhas bem amplas, o cognitivismo defende que a mente

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro(PUC/RJ), Rio de Janeiro, RJ – Brasil.  <https://orcid.org/0000-0001-8810-3490>. E-mail: ralph@puc-rio.br.

² O comentário diz respeito aos artigos de Pereira *et al.* e de Rolla, que é uma resposta ao artigo de Pereira *et al.* Inevitavelmente, faço referências aos dois artigos.

<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2023.v46esp1.p561>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

é, essencialmente, resultado do processamento interno de informação, que resulta em alguma forma de conteúdo, geralmente uma representação mental sobre o mundo, com conteúdo semântico. Em outras palavras, “[...] a mente representa e calcula” (BRANQUINHO, *apud* HUTTO; MYIN, 2017, p. 3). É esse paradigma que Pereira *et al.* defendem. O outro paradigma enfatiza que cognição é uma atividade situada, corporificada e atuada (*entacted*) – e, às vezes, estendida. A versão mais radical dessa vertente – o chamado enativismo – é a que Rolla defende, argumentando que a cognição nem sempre envolve conteúdo semântico ou processamento de informação. A ideia central dessa abordagem é resumida nas palavras de Hutto e Myin (2013, p. 10),

[...] organismos geralmente agem com sucesso dando respostas apropriadas a objetos ou estados de coisas de maneiras que são apenas mediadas por sua *resposta sensível* a sinais naturais, onde essa resposta não envolve a representação de conteúdo dos objetos ou estados de coisas em questão.³

É importante salientar que ambas as perspectivas – cognitivismo e enativismo – têm várias vertentes e que nem todos os proponentes de cada abordagem concordam entre si. Isso é importante, porque Pereira *et al.* tendem a juntar teses e hipóteses que precisam ser separadas, para não confundir alguém querendo entender o que está em jogo, no debate. Embora avisem que enativismo não é uma teoria única, com um conjunto coerente de teses e hipóteses, eles insistem em juntar autores.⁴ Rolla (2023) ajuda bastante a desenrolar o debate, mas, mesmo assim, algumas questões ainda ficam obscuras.

É também relevante frisar que ambos os lados são naturalistas, ou seja, acham que a cognição e a mente podem ser explicadas por fenômenos naturais, sem nenhum dualismo ou “coisa mágica” para explicar capacidades cognitivas e a consciência. Num texto breve de comentários, não é possível mostrar todas as diferenças entre esses paradigmas, nem entre as teorias e hipóteses levantadas nesses artigos. Como é comum em debates desse tipo, há mal-entendidos e interpretações problemáticas das posições e argumentos dos oponentes, principalmente para apresentar a visão defendida na melhor luz possível e rejeitar a do oponente, como se fosse ridículo. Portanto, às vezes,

³ É interessante notar que esses autores não oferecem uma análise positiva dessa resposta, no seu livro de 2013, mas a incluem no seu livro de 2017. No entanto, acho que a dimensão estética dessa resposta não é suficientemente elaborada. É igualmente oportuno frisar que esses autores não negam representações mentais para capacidades cognitivas mais sofisticadas, tais como raciocinar.

⁴ Também não separam sua versão de cognitivismo das outras, na literatura.

não é fácil compreender o que está em jogo, entre os autores. A estratégia de Pereira *et al.*, de focar em argumentos retirados dos seus contextos, a partir das suas próprias interpretações das teses e hipóteses dos enativistas citadas, cria um texto difícil de acompanhar. A estratégia de Rolla, de espelhar seus argumentos nos de Pereira *et al.*, pode não sempre ajudar em esclarecer suficientemente a discussão em pauta.

Essa mistura é resultada, a meu ver, do fato de que Pereira *et al.* (2023). tentam incluir, na sua discussão, um leque enorme de questões. Eles mesmos dizem: “Cada um dos credos [do enativismo listado antes – RB] exige um artigo em separado em razão da complexidade e da imensa ambiguidade dos conceitos e, consequentemente, das questões envolvidas.” Concordo com essa afirmativa. Em primeiro lugar, o título do seu artigo dá para entender que seria sobre a questão de identidade do Eu e a questão metafísica da constituição da mente entre cérebro e o corpo.

Entretanto, a discussão abrange, além dessa questão, capacidades cognitivas, como a percepção (principalmente a suposta tese enativista de “que a percepção seria constituída por forma de agir incorporada de um organismo”, bem como um suposto “externismo fenomenal enativista” sobre a percepção); a consciência (especialmente a suposta tese de que “a consciência não reside no cérebro”); a distinção entre *know-that* e *know-how* (com a tese de que o *know-how* se reduz ao *know-that*); a possibilidade ou não de naturalizar conteúdo representacional, assim como o debate sobre a necessidade de ter representações com conteúdo semântico para cognição básica; o suposto antirrealismo de Merleau-Ponty e, por extensão, de enativismo; e o conceito de *affordances*, de James Gibson. Tudo isso num artigo só deixa o leitor sem saber qual é a tese principal dos autores.

Por ser uma polêmica, a partir de argumentos e contra-argumentos, há pouca elaboração das perspectivas de onde os autores estão desenvolvendo seus argumentos. Por exemplo, Pereira *et al.* nunca definem o que é cognitivismo, para eles, ou seja, quais são as condições necessárias e suficientes para um ato cognitivo – ou qualquer capacidade cognitiva – ser considerada cognitivista. Eles simplesmente pressupõem uma série de teses e hipóteses cognitivistas, nos seus argumentos. Rolla, por sua vez, declara que “[...] eu defenderei o enativismo — mas farei isso de um modo minimamente propositivo, pois eu não apresentarei aqui nenhuma tese positiva que já não tenha sido exposta e mais bem fundamentada em outros lugares”. Essa maneira de prosseguir pode ser problemática para o leitor, o qual tem dificuldade em entender as teorias

das quais os autores estão bebendo. Mais que isso, cada lado do debate tende a pressupor hipóteses e teses que o outro lado rejeita, contudo, sem explicitar isso, no debate. O resultado, às vezes, é um foco em argumentos formalizados, experimentos de pensamento e interpretações de experimentos empíricos, sem oferecer ao leitor as ferramentas necessárias para avaliar os argumentos focalizados.

Rolla critica a caracterização de Pereira *et al.* das hipóteses e teorias defendidas por entitivistas, crítica essa que considero pertinente. É perigoso oferecer caracterizações de enativismo, com base em autores tão diferentes, sobre tópicos bem distintos, e de textos deles que, às vezes, já foram superados pelos próprios autores, e, em outros casos, criticados por outros enativistas. Essa caracterização leva Pereira *et al.* a elaborar argumentos formais para tentar mostrar que uma hipótese enativista isolada por eles é um absurdo (*argumentos ad absurdum*) ou implausível, empiricamente. Todavia, como Rolla mostra, muitas vezes, pelo menos uma das suposições atribuídas ao enativismo na reconstrução formal do argumento não é defendida por nenhum enativista, mas somente na interpretação de Pereira *et al.* Essa má interpretação dos seus oponentes é um problema enorme, no artigo-alvo desse debate.

Outra crítica principal de Rolla, além da caracterização de supostas teses de enativismo feita por Pereira *et al.*, é que os autores do artigo-alvo são presos a pressupostos filosóficos de cognitivismo, os quais não defendem independentemente, no seu artigo. Por não problematizar seus próprios pressupostos, seus argumentos ficam abertos à crítica de serem argumentos entimemáticos, se não circulares, acusação de Rolla. Um dos principais pressupostos desse tipo é o de que sempre há representações mentais, com conteúdo semântico, em qualquer tipo de cognição, mesmo a cognição básica de perceber o mundo. O argumento principal de Pereira *et al.* (2023, p. 521) é o seguinte:

Não entendemos como poderíamos prescindir do conceito de conteúdo representacional uma vez que temos que assumir como um fato a possibilidade de erros antipredicativos se quisermos entender o fracasso das nossas ações.

No entanto, não enfrentam os argumentos de Hutto e Myin sobre a possibilidade de incluir a possibilidade de erro, sem pressupor conteúdo

semântico representacional.⁵ Já que essa é uma das questões centrais no debate entre cognitivismo e enativismo, hoje em dia, uma resposta a ela não pode ser simplesmente dada com pressuposto nos argumentos de alguém que quer derrubar a perspectiva enativista.

A questão de representação na filosofia da cognição é complexa e não cabe aqui entrar em detalhes.⁶ Remete à questão de conteúdo semântico, mencionado acima, e o chamado problema duro do conteúdo, levantado por Hutto e Myin (2013, 2017). Esse problema, essencialmente, é o de explicar conteúdo semântico de representações, a partir de um arcabouço naturalista. Hutto e Myin investigam as tentativas mais importantes (de Dretske e Millikan)⁷ e chegam à conclusão de que é melhor evitar os problemas profundos que tal programa levanta, avançando a tese de que a cognição básica não tem conteúdo semântico. Não quero entrar no mérito dessa solução do problema, aqui – uma solução largamente aceita por Rolla, mas que eu penso não ser resolvida –, mas concordar com ele de que uma solução não pode ser *pressuposto*, nos argumentos elaborados.

A falta de Pereira *et al.* de discutir a possibilidade de naturalização de representações mentais é ainda mais grave, desde que esses autores aceitam o arcabouço de naturalismo, na explicação da cognição. Rolla (2023, p. 213) pergunta: “[...] por que um padrão de atividade neuronal seria a representação (ou o veículo de uma representação) sobre uma fonte distal de estímulo, e não simplesmente a covariação confiável (dada uma longa história evolutiva) entre performance cognitiva e objeto de cognição?” Sem uma resposta de Pereira *et al.* a essa pergunta, suas “vitórias” de argumentação não atingem seu alvo. Não há nenhuma razão *a priori* em pressupor que “[...] representações mentais [são] portadoras de informação semanticamente carregada, isto é, informação *sobre* as fontes distais de estímulos sensoriais”, no caso de cognição básica. No mínimo, é necessário explicitar por que essa tese é correta e sua oposta é

⁵ Por exemplo, na sua apropriação da teoria de *predictive processing* modelo de Clark (2016), da *Autopoietic-adaptive enactivism*, de Di Paulo *et al.* (2017, 2018) ou da psicologia ecológica de Gibson (2015). Ver Hutto e Myin, 2017. É importante notar que esses livros de Di Paulo *et al.* saíram depois (ou no mesmo ano) do livro de 2017 de Hutto e Myin, mas eles utilizam outros artigos dos autores, especialmente Di Paulo.

⁶ Esse debate foi chamado a “guerra de representações” por Andy Clark e, por tudo que parece, a guerra ainda continua.

⁷ Esse livro de Millikan não está investigado por Hutto e Myin, por ter sido publicado no mesmo ano do seu livro de 2017, mas é a referência que eu conheço melhor.

errada, algo que Pereira *et al.* não fazem. Mas, para ser justo, Rolla também não faz isso, na sua resposta.

Embora Rolla mostre mais do debate de fundo aqui e em outros lugares⁸, também não elabora suficientemente as teorias enativistas, na base da sua crítica a Pereira *et al.*, para um leitor não avisado compreender bem o que está em jogo. Por exemplo, é necessário demonstrar que, nas palavras de dois enativistas, “[...] a cognição é um tipo de atividade corporificada e ativa situada, e essa [...] atividade corporificada nem sempre e em toda parte envolve pensar sobre o mundo de maneiras com conteúdo.” (HUTTO; MYIN, 2017, p. 9-10). Indicar outros textos dele e de outros autores, como Pereira *et al.* fazem também, não substitui uma descrição e argumentação sobre essas questões de base.

A razão para essa estratégia de Rolla é, obviamente, a maneira pela qual Pereira *et al.* elaboraram a sua argumentação, no estilo de filosofia analítica, utilizando reconstruções lógicas dos supostos argumentos de enativismo, além de experimentos de pensamento e interpretações de experimentos empíricos, nas ciências cognitivas. O problema com esse tipo de método, como aponta Rolla, é que o outro lado do debate pode sempre rejeitar suposições na formulação dos argumentos, rejeitar as “intuições pré-teóricas” com as quais os experimentos de pensamento estão avaliados ou, igualmente importante, usar outros experimentos nas ciências cognitivas – ou até os mesmos experimentos! - para rebater os apresentados pelos oponentes.

Aqui estamos no terreno da função explanatória de argumentos formais, dos experimentos de pensamento e do uso dos experimentos empíricos, nas ciências cognitivas. Argumentos formais somente atingem seu alvo, se concordamos com as suposições atribuídas às reconstruções formais da posição que está sendo analisada ou da posição defendida. Quando suposições estão em questão, a lógica formal é de pouca eficácia. Se a conclusão depende de uma premissa falsa, não pode ser considerada absurda sem mais argumentação.

O problema principal do uso de experimentos de pensamento é que, nas palavras de Rolla, comprovam que “se minha vó tivesse rodas, ela seria uma bicicleta”, ou seja, comprovam coisas demais, para além do âmbito da ciência, que é problemático para uma abordagem naturalista. São tipos de argumento muito empregados na filosofia analítica, mas têm utilização restrita

⁸ Pereira também faz o mesmo, em outros lugares, defendendo o cognitivismo.

do ponto de vista naturalista, o qual, por definição, não pode ir para além do que as ciências naturais dizem sobre o mundo, nesse caso, a cognição.

Com relação ao uso de evidência empírica dos experimentos das ciências, para apoiar seu argumento, o problema é que não há consenso dentro da comunidade científica sobre aspectos básicos da força explanatória dessa evidência. Pela bem conhecida tese de que a evidência empírica é sempre sobrecarregada com teoria, na filosofia da ciência, a evidência por si só não resolve a questão, porque evidência pode sempre ser interpretada a partir de outra teoria. A evidência que comprova uma tese pode também comprovar outra, ou, pelo menos, não é o suficiente para decidir entre as duas teses. Esse resultado deixa o problema da força explanatória de cada tese em aberto.

Termino com outro problema inerente a esse debate: o reducionismo. O problema com qualquer reducionismo é que isola um elemento para elevá-lo como a única variável explicável. No debate em questão, do lado de Pereira *et al.*, esse elemento é o cérebro humano, a atividade dos seus neurônios e seu suposto conteúdo representacional resultante dessa atividade. Ninguém nega que o cérebro e seus processos são substratos necessários para a cognição humana, embora, como vimos, o enativismo negue que o conteúdo representacional e semântico é necessário para a cognição básica. No entanto, reducionismo, em qualquer das suas vertentes, deixa fora da explicação aspectos que poderiam ser – e são – incluídos para explicar os fenômenos em questão, na literatura acadêmica. No debate em pauta, esses elementos, focados pelo enativismo, são: redes de neurônios como parte do corpo e substratos de capacidades cognitivas (sem ter conteúdo representacional); esquemas sensorio-motores e as características do corpo; e fatores do ambiente físico e sociocultural. A navalha de Okham pode cortar tanto quanto fazer a barba ou cortar enquanto faz a barba. Não seria mais cauteloso não reduzir as variáveis da cognição a representações no cérebro, nesse estágio das ciências cognitivas, especialmente quando essa variável enfrenta tantos problemas em explicar fenômenos cognitivos e nenhum consenso, mesmo nas próprias ciências cognitivas?

Um erro frequente aqui é perceber que um elemento cognitivo – o cérebro – está mal funcionando por alguma razão e, em função dessa patologia, concluir que é suficiente para o funcionamento do sistema como um todo. Certamente, é suficiente para o sistema não funcionar corretamente, mas não significa que seja suficiente para o sistema funcionar em circunstâncias normais ou que o sistema como um todo não funciona; pode ter um

funcionamento parcial, mesmo com um elemento danificado. Reduccionismo acaba elevando uma condição necessária pela cognição ao estatuto de uma condição suficiente. Assim, corre-se o risco de não se ver outras condições igualmente necessárias para explicar os fenômenos em questão, portanto, simplificando e empobrecendo a explicação de algo complexo. O teste é de analisar qual abordagem explica melhor os fenômenos discutidos ou, no mínimo, não acarreta em problemas filosóficos e científicos insolúveis. Deixo para o leitor decidir qual das abordagens, nesse debate, melhor explica os fenômenos cognitivos.

Como Rolla frisa, mas não explica em detalhes, o enativismo desenvolve um modelo de sistema dinâmico, o qual inclui o cérebro, o corpo (e seus esquemas sensorio-motores) e o ambiente (físico e cultural) como compondo os elementos necessários e juntamente suficientes para a cognição humana. Pereira *et al.*, em nenhum momento, investigam esse modelo de sistema dinâmico, sempre pressupondo que um elemento poderia ser separado dos outros, e vinculado a uma cadeia linear de processos cognitivos, a fim de explicar um fenômeno cognitivo qualquer. O elemento escolhido são os processos cerebrais de processamento de informação em cima de conteúdo representacional. Mexer com esses processos é, com certeza, mexer na capacidade cognitiva do sistema, porém, o funcionamento normal inclui outros fatores ignorados pelo cognitivismo. E, se o enativismo fosse correto, a cognição básica nem precisaria desse elemento de processamento de informação. O resultado é o de construir um homem de palha a ser derrubado por argumentos lógicos. Se se rejeitar essas caracterizações do enativismo, como Rolla faz, os argumentos do artigo-alvo parecerão muito menos lisonjeiros.

O debate ainda está em aberto. Essas contribuições são de alguns dos autores mais importantes que escrevem sobre esses assuntos, no Brasil, e merecem ser estudados com atenção. O fato que não resolver a disputa não é uma crítica definitiva, mas um convite para aprofundar mais, nessa conversa fascinante sobre a mente e a cognição humana, especialmente os debates de fundo, em ambos os lados.

REFERÊNCIAS

CLARK, A. **Surfing uncertainty**. Prediction, action and the embodied mind. Oxford: Oxford University Press, 2016.

DI PAULO, E. A.; BUHRMANN, T.; BARANDIARAN, X. E. **Sensorimotor Life**. An Enactive Proposal. Oxford: Oxford University Press, 2017.

DI PAULO, E. A.; CUFFARI, E.; DE JEAGHER, H. **Linguistic Bodies**. The continuity between life and language. Cambridge: MIT Press, 2018.

DRETSKE, F. **Naturalizing the mind**. Cambridge: MIT Press, 1995.

GIBSON, J. **The ecological approach to visual perception**. New York: Taylor and Francis, 2015.

HUTTO, D. D.; MYIN, E. **Radical Enactivism, Basic Minds without Content**. Cambridge: MIT Press, 2013.

HUTTO, D. D.; MYIN, E. **Evolving Enactivism**. Basic Minds Meet Content. MIT Press, 2017.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MILLIKAN, R. G. **Beyond concepts**: unicepts, language, and natural information. Oxford: Oxford University Press, 2017.

PEREIRA, R. H. S.; SOUZA FILHO, S. F. de; BARCELLOS, V. M. Por que somos nossos cérebros. O enativismo posto em questão. **Trans/form/ação**: revista de Filosofia da Unesp, v. 46, n. esp. “Filosofia Autoral Brasileira”, p. 517-554, 2023.

ROLLA, G. Por que não somos só o nosso cérebro: em defesa do enativismo. **Trans/form/ação**: revista de Filosofia da Unesp, v. 46, n. esp. “Filosofia Autoral Brasileira”, p. 207-236, 2023.

Recebido: 20/05/2023

Aceito: 30/05/2023

